

BRASÍLIA: MORADIA E EXCLUSÃO

Taguatinga →
RETORNO →
↑ Aterro Sanitário

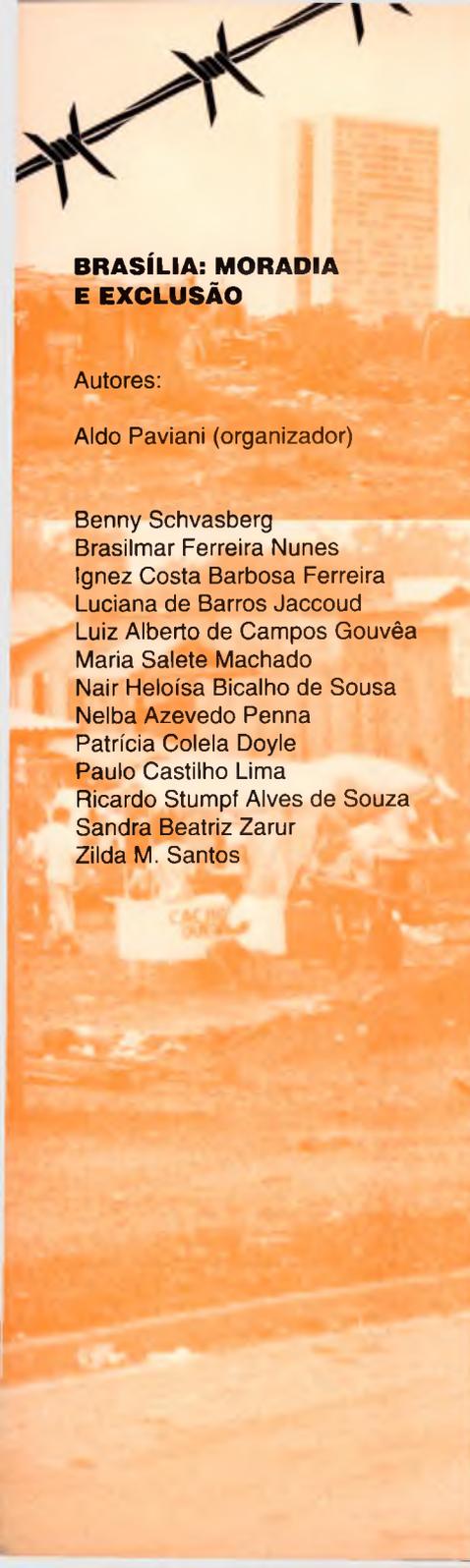
ALDO PAVIANI (ORG.)

Coleção Brasília

EDITORA



UnB



BRASÍLIA: MORADIA E EXCLUSÃO

Autores:

Aldo Paviani (organizador)

Benny Schvasberg
Brasilmar Ferreira Nunes
Ignez Costa Barbosa Ferreira
Luciana de Barros Jaccoud
Luiz Alberto de Campos Gouvêa
Maria Salete Machado
Nair Heloísa Bicalho de Sousa
Nelba Azevedo Penna
Patrícia Colela Doyle
Paulo Castilho Lima
Ricardo Stumpf Alves de Souza
Sandra Beatriz Zarur
Zilda M. Santos

BRASÍLIA — MORADIA E EXCLUSÃO



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Cláudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmur Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

Aldo Paviani
(organizador)

BRASÍLIA

MORADIA E EXCLUSÃO

NEUR
Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais

CEAM
Centro de Estudos Avançados
Multidisciplinares da UnB



Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS Q.02 - Bloco C - N^o 78 - Ed. OK - 2^o andar
70300-500 - Brasília - DF
Fax: (061) 225-5611

Copyright © 1996

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da editora.

Impresso no Brasil

EDITOR

MARCELO CARVALHO DE OLIVEIRA

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

CECÍLIA SHIZUE FUJITA DOS REIS

REVISÃO

REJANE DE MENESES E YANA PALANKOF

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

JOELITA DE FREITAS ARAÚJO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

RAIMUNDA DIAS

CAPA

CARLOS MAGNO DO AMARAL, com fotos de **ANDRÉ ABRAHÃO**

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0420-3

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central
da Universidade de Brasília

B823 Brasília, moradia e exclusão / Aldo Paviani (organizador). — Brasília :
Editora Universidade de Brasília, 1996. *OK*.
250 p.

1. Planejamento do espaço urbano. 2. Urbanismo. I. Paviani, Aldo
(organizador).

CDU - 711.4(817.4)

SUMÁRIO

Notas sobre os autores 7

Prefácio 11

Brasilmar Ferreira Nunes

Apresentação 17

Aldo Paviani

HABITAÇÃO: HISTÓRIA, INSTITUIÇÕES E ESPAÇO URBANO

Habitação: novos enfoques e perspectivas 27

Ricardo Stumpf e Zilda M. Santos

Taguatinga: uma história candanga 53

Nair Heloísa Bicalho de Sousa, Maria Salete Machado e Luciana de Barros Jaccoud

Vila Planalto: um caso de resistência popular 81

Sandra Beatriz Zarur

Comercialização de habitações populares em Brasília 115

Patrícia Colela Doyle

Habitação e urbanização popular: os recursos do trabalhador?

A apropriação da “fonte de Manon” em Brasília 139

Benny Schvasberg

GESTÃO URBANA, TRABALHO E EXCLUSÃO

A especulação imobiliária em Brasília e a hipótese do uso da contribuição de melhoria 169

Paulo Castilho Lima

Brasília: novos rumos para a periferia 189

Ignez Costa Barbosa Ferreira e Nelba Azevedo Penna

A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade? 213

Aldo Paviani

Habitação e emprego: uma política habitacional de interesse social 231

Luiz Alberto de Campos Gouvêa

NOTAS SOBRE OS AUTORES

ALDO PAVIANI, gaúcho, geógrafo, livre-docente (UFMG, 1977), professor titular, docente do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília desde 1969. Organizador das coletâneas *Brasília, ideologia e realidade* (1985), *Urbanização e metropolização* (1987), *Brasília, a metrópole em crise* (1989), *A conquista da cidade* (1991), *Cadernos do Ceam/Neur*. Ex-coordenador de pesquisas do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Neur), ex-diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB (Ceam-UnB). Consultor do PADCT/MCT, onde coordena o GT do Subprograma Ciamb (Ciências Ambientais). Diretor do Instituto de Ciências Humanas. Dedicar-se a pesquisas sobre o processo de urbanização em áreas metropolitanas.

BENNY SCHVASBERG, arquiteto, mestre em planejamento urbano (UFRJ, 1989) e doutor em sociologia urbana (UnB, 1993). Professor adjunto do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB e pesquisador do Neur/Ceam. Dedicar-se ao estudo da habitação e urbanização popular. Desenvolve pesquisa sobre os impactos de alocação espacial dos equipamentos coletivos no processo de urbanização, como subsídio ao planejamento e ao desenho urbano.

IGNEZ COSTA BARBOSA FERREIRA, carioca, licenciada e bacharel em geografia (UFRJ, 1960), com especialização em geografia na Universidade de Paris-França (1962) — diploma de “Expert-Geographe”. Geógrafa do Conselho Nacional de Geografia — IBGE (1961-1967). Professora (Adjunto 4) aposentada da Universidade de Brasília. Atualmente é pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Neur/Ceam) da Universidade de Brasília. Tem desenvolvido pesquisas voltadas para problemáticas da urbanização e do planejamento urbano, com diversos trabalhos publicados sobre esses temas em periódicos e como capítulos de livros.

LUIZ ALBERTO DE CAMPOS GOUVÊA, mineiro, morador de Brasília há mais de vinte anos. Arquiteto especializado em planejamento

habitacional e mestre em planejamento urbano (UnB, 1988). Participou, entre 1980 e 1991, como arquiteto do GDF, na elaboração de vários projetos urbanos e de trabalhos de planejamento urbano. Ex-professor de urbanismo da PUC/Goiás e da Unesp/Rio Claro. Colaborou na coletânea *A conquista da cidade* com o artigo “A capital do controle e da segregação social” (1991). É professor na Universidade de Brasília, diretor do Sindicato dos Arquitetos do DF e assessor de várias associações de moradores de Brasília. Desenvolve pesquisa sobre a forma urbana e o meio ambiente para o doutoramento em estruturas ambientais urbanas da Universidade de São Paulo.

LUCIANA DE BARROS JACCOUD, carioca, socióloga (UnB, 1981), mestre em sociologia (UFPE, 1986). Atualmente, está cursando o Programa Doutorado em Políticas Sociais na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. É autora de *Na lei ou na marra: movimentos sociais em crise política em Pernambuco 1955-1968* e co-autora do livro *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*, no qual colaborou com o artigo “Lutas sociais: populismo e democracia — 1960/1964”.

MARIA SALETE MACHADO, gaúcha, socióloga graduada pela UFRGS (1972), mestre em sociologia (UnB, 1977) e doutora em sociologia (USP, 1989). É professora do Departamento de Sociologia da UnB, coordenadora da linha de pesquisa sociologia urbana, no curso de graduação e no programa de pós-graduação. Participante da Anpocs, no grupo Lutas Urbanas, com trabalhos a respeito do “Estado e movimentos sociais”, “A violência urbana”, “Violência e meninos de rua no DF”. Publicou, recentemente, “Leitura da cidade: Rubem Fonseca e a violência urbana”, na revista *Cerrados*, Brasília, Editerra Editorial.

NAIR HELOÍSA BICALHO DE SOUSA, paulista, bacharel em ciências sociais (USP, 1972), mestre em sociologia (UnB, 1978) e doutora em sociologia (USP, 1994). Participa, como pesquisadora, dos seguintes núcleos do Ceam-UnB: Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos; Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais e Núcleo de Estu-

dos do Brasil Contemporâneo. Está vinculada ao Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e tem colaborado como professora convidada no mestrado em administração da UnB. É autora de *Construtores de Brasília*, Vozes, 1983, e co-autora de, entre outros livros, *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília* (UnB, 1991) e *Introdução ao direito do trabalho* (1993).

NELBA AZEVEDO PENNA, gaúcha, bacharel em geografia (UFSM), mestre em planejamento urbano (FAU/UnB, 1991) com a dissertação *Política urbana: a ação do Estado no Distrito Federal*. Presentemente é professora do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, doutoranda em geografia (USP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Neur/Ceam-UnB), desenvolvendo pesquisas na linha de urbanização e planejamento urbano.

PATRÍCIA COLELA DOYLE, mineira, residente em Brasília desde 1958. Graduou-se em sociologia e ciências políticas pela UnB (1977). Mestre em planejamento urbano (FAU/UnB, 1991). Funcionária do governo do Distrito Federal, atualmente é assessora na Câmara Legislativa. Área de interesse: habitação popular, planejamento urbano, uso e ocupação da terra.

PAULO CASTILHO LIMA, carioca, arquiteto formado pela Universidade do Brasil/Rio de Janeiro (1962), mestre em planejamento urbano (UnB, 1991). Professor assistente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Coordenador do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Neur/Ceam-UnB).

RICARDO STUMPF ALVES DE SOUZA, nasceu no Rio de Janeiro, em 1951. Arquiteto (UFRGS, 1981), com especialização em desenho urbano (UnB, 1984). Desenvolveu projetos na área de habitação popular em Porto Alegre/RS, Lages/SC, Itabuna/BA e Ceilândia/DF. Livros publicados: *Repensando a arquitetura* (Thesaurus, 1985) e *Contracorrenteza* (Thesaurus, 1993). Professor da UnB em 1994, nas disciplinas funções complexas e problemas especiais — habitação popular.

SANDRA BEATRIZ BARBOSA DE CERQUEIRA ZARUR, bacharel em ciências sociais (UnB, 1978), mestre em planejamento urbano (UnB, 1991), SPURS Fellow do MIT 1991/92, mestre em planejamento regional e políticas públicas (MIT, 1993). Foi diretora da Divisão de Pesquisa do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF. Pesquisadora do Neur/Ceam-UnB e chefe do Núcleo de Informações Sociais do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano (IP/DF). Defendeu as dissertações: *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília* e *From bad to good government: the case of three local governments in Ceará, Brazil*. Áreas de interesse: movimentos sociais, desenvolvimento de comunidades, planejamento participativo, desenvolvimento regional, administração municipal e políticas públicas.

ZILDA MARIA DOS SANTOS, carioca, arquiteta (UFRJ, 1964), com mestrado na Coppe (UFRJ, 1986). Participa de projetos de habitação popular desde 1964 (Brás de Pina-RJ). Em Curitiba, desenvolveu os planos diretores de Maringá e Paranaguá, trabalhando ainda na Cohab-CT. Na Cohab-Volta Redonda desenvolveu conjuntos habitacionais em Três Rios, Resende, Volta Redonda e Cachoeira Paulista. Em 1973, no BNH, participou da montagem dos projetos Cura e Promorar/Rio. Professora de projeto na Fundação Rosemar Pimentel, Barra do Pirai, Santa Úrsula e UFF. Atualmente, ministra a disciplina problemas especiais — habitação popular na FAU/UnB.

**HABITAÇÃO:
HISTÓRIA, INSTITUIÇÕES E ESPAÇO
URBANO**

VILA PLANALTO: UM CASO DE RESISTÊNCIA POPULAR

Sandra Beatriz Zarur

Introdução

A Vila Planalto surgiu, a partir do final de 1956, de um grupo de acampamentos de obra das empreiteiras que construíram o Palácio da Alvorada, o Brasília Palace Hotel, a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios. Adotei neste artigo o instrumento metodológico da periodização para investigar a sua trajetória antes e depois da inauguração de Brasília até tornar-se um núcleo histórico, mas não tratei do período posterior a 21 de abril de 1988, data do seu tombamento. Esse recurso forneceu elementos para identificar e comparar os mecanismos responsáveis pelo seu processo de resistência, que durou mais de trinta anos. Procurei identificar as estratégias de sobrevivência adotadas por seus habitantes na luta para regularizar definitivamente o assentamento. Analisei essas estratégias de luta, especialmente como eles manipularam a identidade de “pioneiro” e “a ideologia de preservação histórica”.

O interesse teórico do artigo relaciona-se, primordialmente, com a aplicação de conceitos antropológicos e urbanísticos a este estudo de caso, utilizando abordagens complementares na análise da situação urbana peculiar de Brasília. Na verdade, as hipóteses explicativas para o fenômeno da sua permanência originam-se de investigações realizadas para outras realidades, que se assemelham aos acampamentos candangos pelo fato de imobilizarem sua população pela oferta da moradia vinculada ao trabalho, como acontece também nos “grandes projetos” abordados pela antropologia do desenvolvimento. Este estudo parte de algumas formulações teóricas, tais como os “aspectos disciplinares” e suas implicações sobre os “espaços controlados” de formações espaciais, como as vilas operárias e os acampamentos de

construção civil, de mineração e de exploração de petróleo.¹ O tema do “controle do espaço” na organização dos assentamentos originados por “grandes projetos” surgiu como uma das razões da permanência da Vila Planalto, ainda que com suas feições socioespaciais originais transformadas.

O empenho em explicar esse caso de resistência popular elucidada ainda o processo de ocupação de uma parcela privilegiada do território do Distrito Federal, o que enriquece o acervo sobre assentamentos irregulares tão comuns nas cidades brasileiras. Os contrastes internos entre os diferentes acampamentos pioneiros que ainda compõem a Vila Planalto, e entre eles e a monumentalidade do Plano Piloto, criaram um núcleo urbano peculiar. As suas características morfológicas refletem uma evolução que acompanhou três fases da cidade: 1) da construção até a inauguração; 2) da sua consolidação como capital, em meio à turbulência política e à ditadura; e 3) da redemocratização, quando cresce a luta dos moradores para evitar sua remoção. Em todas essas fases os acampamentos da Vila Planalto se mantiveram íntegros testemunhos de época.

As relações hierárquicas dos canteiros de obra perpetuaram-se em Brasília, na interdependência estabelecida entre o centro do poder e as cidades-dormitório, acentuando a queda crescente na qualidade de vida das populações de menor renda. O plano urbanístico original da cidade determinava usos exclusivos da terra, setorização rigorosa, sistema viário baseado em grandes distâncias entre centro e periferia, polinucleação,² com terrenos baldios que encarecem o fornecimento de serviços e equipamentos públicos, além de muitas áreas livres de manutenção dispendiosa. O crescimento desordenado dos assentamentos irregulares, como as invasões, os condomínios e os próprios acampamentos, complicou a ação do poder público. As atividades eminentemente

¹ Tratados por Michel Foucault, *Vigiar e punir*; Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*; José Sérgio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*; D. Olien e R. Olien, *Oil boons. Social change in five texas towns*; P. Rabinow e Wright, “Espacialização do poder”, em *Skyline*; Gustavo L. Ribeiro, *O capital da esperança: Brasília, um estudo sobre uma grande obra da construção civil*.

² Segundo Aldo Paviani, *Brasília: a metrópole em crise. Estudos sobre urbanização*.

mente terciárias dificultaram ainda mais a autonomia dos núcleos urbanos no Distrito Federal, pois a geração de emprego e de renda restringiu-se principalmente ao Plano Piloto. Portanto, compreender a questão dos acampamentos pioneiros pode contribuir para otimizar os instrumentos legais, fiscais, técnicos e administrativos utilizados para solucionar os problemas urbanos do DF.

A complexificação do meio urbano, a evolução das tecnologias construtivas e o próprio processo de urbanização impuseram novas demandas e novas regras para o convívio urbano bem-sucedido. A legislação urbanística, especialmente a de preservação histórica, deve delimitar com mais clareza o direito privado dos cidadãos para melhor atender às demandas coletivas. A solução de alguns dos problemas urbanos básicos pode se dar com o uso de institutos como solo-criado, contribuição de melhoria, coeficiente único de aproveitamento do solo, direito de preempção, desapropriação com base na função social da propriedade, concessão de uso, imposto progressivo no tempo, parcelamento e edificação compulsórios, e usucapião urbana de acordo com cada caso.³

Para proceder à análise das características morfológicas e dos referenciais imagéticos da Vila Planalto, essenciais para manter a sua identidade físico-espacial, utilizei os relatórios das pesquisas do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília (GT-Brasília), criado em 1981 por Aloísio Magalhães. O GT-Brasília buscava estudar, propor e adotar medidas de preservação para Brasília. Sua metodologia de trabalho, sempre aberta a adaptações, procurava atingir uma troca entre “saberes técnicos e populares” no processo de preservação cultural. Tentava-se demonstrar para o maior número de pessoas a importância de cada indivíduo na proteção dos bens considerados relevantes para preservação histórica. O trabalho envolveu técnicos de diversas formações profissionais

³ Ver, por exemplo, Eros Grau, “Algumas notas para a reconstrução do princípio da legalidade”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*; Cândido Malta Filho, 1992; Toshio Mukai, *Direito e legislação urbanística no Brasil (história-teoria-prática)*; Hely Lopes Meireles, “Desapropriação para urbanização”, *Revista de Direito Administrativo*; Paulo Castilho Lima nesta coletânea.

do Ministério da Cultura (MinC), da Universidade de Brasília (UnB) e do Governo do Distrito Federal (GDF). Particpei do GT-Brasília, como representante do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do GDF (DePHA), de outubro de 1985 a março de 1988, o que me permitiu analisar os aspectos espaciais e socioculturais da Vila Planalto. O acesso à documentação oficial dos órgãos de preservação e a própria vivência do trabalho com representantes da população local despertaram as indagações básicas quanto à eficácia atingida por suas estratégias de sobrevivência. Para tanto, as técnicas de história oral e de histórias de vida, a pesquisa de campo e a observação participante foram possíveis com minha presença intensiva no escritório técnico do GT-Brasília, na própria Vila Planalto, o que funcionou como *background* para as investigações.⁴

A questão da identidade, por ser um tema central em qualquer estudo sobre preservação cultural, esteve presente em todas as discussões ao longo do trabalho do GT-Brasília. O estabelecimento dos critérios do que preservar levava, inevitavelmente, ao questionamento de quais características socioespaciais seriam as mais representativas da situação estudada, ou seja, que traços da identidade desse grupo social deveriam ser preservados. Nesse sentido, a sociologia e a antropologia urbanas participaram com interpretações sobre “identidade” e “movimentos sociais urbanos” para a análise das estratégias usadas no processo de resistência, desenvolvido na Vila Planalto, em face das pressões para sua erradicação. As conclusões obtidas neste estudo poderão ser generalizadas para casos similares no Brasil, mesmo que não se refiram a acampamentos, mas tratem de características socioespaciais dos conjuntos urbanos com seus valores históricos e culturais ameaçados.

⁴ Segundo Ana Maria Doimo, 1984, “pesquisa participante é justamente aquilo que resulta da inserção orgânica e participativa do intelectual/pesquisador na história concreta das classes populares, no sentido de registrá-la sob o ponto de vista do dominado”.

Razões para a permanência da Vila Planalto

Cada período na evolução da Vila Planalto exigiu considerações específicas, em virtude de suas peculiaridades. Surgiram, a cada momento, novas formas de relacionamento dos moradores entre si e com as autoridades locais, revertidas em estratégias de sobrevivência. Quando da origem do assentamento, os acampamentos de obra faziam parte do “grande projeto” da construção da nova capital brasileira, com seus “sistemas de trabalho migrante”.⁵ Os “grandes projetos” expandem os sistemas econômicos, e tanto podem induzir o desenvolvimento, a partir dos investimentos direcionados para concentrar o capital em determinado espaço, reunindo grandes recursos humanos e financeiros, como podem provocar a depressão econômica, ao seu término, quando os recursos até então imobilizados são retirados e levados para outra área. Ciclos de desenvolvimento e depressão costumam se suceder (como no caso dos *booms* intermitentes provocados por poços de petróleo que, repetidas vezes, alteram a situação demográfica e econômica de algumas cidades). A possibilidade de os integrantes desses fluxos se fixarem durante e depois da implantação dos projetos decorre da qualificação profissional, do estilo de vida e da origem de cada pessoa, da sua inserção na esfera migratória e no mercado de trabalho, bem como das oportunidades e das características da região onde foi implantado o projeto. Tudo isso repercutiu na permanência da Vila Planalto.

Nessa forma de produção se destacam o gigantismo, o isolamento e a temporariedade, todos presentes na construção de Brasília.

⁵ Quanto aos grandes projetos e o seu circuito migratório internacional ver Gustavo L. Ribeiro, *O capital da esperança: Brasília, um estudo sobre uma grande obra da construção civil*; “Cuanto mas grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos”, *Desarrollo Económico*, 105 (1977); e *Developing the moon land: the yacyreta Hydroelectric High Dam and economic expansion in Argentina*; e quanto aos sistemas de trabalho migrante, ver Michael Burawoy, “The functions and reproduction of migrant labor: comparative material from Southern Africa and the United States”, *American Journal of Sociology*, 5 (1976).

A arregimentação da mão-de-obra, ao criar fluxos migratórios diferenciados, estabelece relações sociais distintas e interfere na configuração espacial dos acampamentos. A centralização política no âmbito do projeto define instrumentos próprios de planejamento e de administração, como, por exemplo, a “ambigüidade jurídica” que, durante o período da construção de Brasília, impediu que a legislação trabalhista vigorasse plenamente, deixando sem amparo legal os pleitos trabalhistas. O Estado delegou às empresas privadas e à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) poderes para que as metas estipuladas fossem atingidas nos prazos previstos. O controle que as construtoras exerciam sobre os peões de obra resultou na “servidão burguesa”.⁶ Os operários teoricamente livres não podiam escolher nem emprego nem moradia, sujeitando-se a uma situação servil, na qual o empregador também controlava as atividades fora do âmbito produtivo, como alimentação e lazer. Apesar de os salários serem relativamente altos, a falta de opção do que fazer nos períodos de folga garantiu a constante disponibilidade para horas-extras de trabalho com a enganosa sensação de mais dinheiro no bolso.

Os “aspectos disciplinares”, impostos pelo isolamento geográfico e por outras características excepcionais presentes na construção de Brasília, fizeram dos acampamentos da Vila Planalto locais propícios à intensa exploração econômica do trabalho dos seus ocupantes. O monopólio exercido pelas companhias sobre o território dos acampamentos manteve a vigilância e reproduziu a hierarquia dos canteiros de obras no ordenamento interno do seu espaço, aproximando-os do *panopticon* – edificação em estrutura radial proposta por Bentham.⁷ Essa estrutura foi considerada por Foucault como o paradigma da interação entre conhecimento, espaço e poder nas sociedades disciplinadoras, por exemplo, as prisões e os manicômios. Assim, o conceito de

⁶ Definida por J. S. Leite Lopes, “Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de subordinação burguesa”, em *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação, estudos sobre trabalhadores urbanos*.

⁷ “Espacialização do poder”, entrevista de Foucault ao *Skyline* (apud Rabinow e Wright), traduzida por Benami Turkienicz.

“instituição total”⁸ pode ser aplicado ao estudo das relações internas de poder dos referidos acampamentos.⁹

Todavia, essas características excepcionais deixaram de existir logo após a inauguração da cidade. No caso dos “grandes projetos”, a maior parcela da mão-de-obra mobilizada deixa o território da construção após o término das obras, compondo circuitos migratórios próprios. Brasília, ao contrário, não dispersou todos os trabalhadores no momento da inauguração. O processo de aliciamento pelos “gatos”¹⁰ desencadeou outros fluxos, embora nenhum plano tivesse sido esboçado no sentido de absorvê-los definitivamente. A cidade persistiu como pólo de atração permanente de novas migrações, talvez por se tratar da construção de uma cidade, no momento em que a conjuntura econômica nacional não oferecia oportunidades diversas de emprego. Na ausência de uma política habitacional explícita, surgiram mecanismos de acomodação evidenciados pelo contraste entre o Plano Piloto e as cidades-satélites. Os assentamentos juridicamente irregulares fazem parte desses mecanismos de acomodação, dos quais os acampamentos pioneiros constituíram casos particulares.

A inspiração racionalista dos acampamentos de obra foi atenuada por seus moradores, especialmente no caso da Vila Planalto que, ao contrário do Plano Piloto e das cidades-satélites, foi se tornando cada vez mais bucólica e menos monumental. A forma regular e larga das ruas alterou-se e apareceram becos e sinuosidades à medida que a fiscaliza-

⁸ E. Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*.

⁹ Onde o número de controlados era muito maior do que o de controladores, devido ao eficiente esquema de vigilância. A mediação entre subordinados e dirigentes era feita por encarregados, chefes de setor, mestres e apontadores, mediante determinação das tarefas e dos prazos. Todas as necessidades essenciais eram planejadas pela autoridade, que assim colocava a força de trabalho disponível para a produção. Os espaços setorizados dos acampamentos diferem daqueles encontrados nas favelas e nas invasões.

¹⁰ Agenciadores de mão-de-obra contratados pelas firmas para complementar o trabalho do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) na contratação de trabalhadores em fluxos organizados e controlados pelo governo. Eles atuavam principalmente em cidades do interior, colocando anúncios nos jornais, rádios, propaganda por megafones nas praças, e com escritórios em pontos estratégicos, como rodoviárias, estações de trem e bares.

ção enfraqueceu. Algumas casas sofreram reformas e acréscimos, ao mesmo tempo que outras edificações foram demolidas, ampliando assim tanto os terrenos baldios internos quanto aqueles entre os acampamentos. A integração entre o sítio físico e as edificações proporcionou um tipo de silhueta com linhas de coroamento paralelas ao relevo,¹¹ recortadas pelas descontinuidades adquiridas durante sua luta para sobreviver. A sua organização morfológica contrasta com a do Plano Piloto, apesar de as casas de madeira terem sido executadas sob a influência dos mesmos preceitos modernistas que inspiraram a cidade. O Modernismo, com sua ideologia “progressista”, incorporou os recursos tecnológicos oferecidos pela revolução industrial, usando intensamente o concreto armado, o vidro, as estruturas e as esquadrias de ferro. No caso dos acampamentos pioneiros, os projetos arquitetônicos adequados a esses recursos tecnológicos foram executados em madeira. A reinterpretção de tais princípios em material de menor durabilidade, dentre outros atributos, fez com que os acampamentos de obra se tornassem relevantes como testemunhos de época. Embora a concepção dos acampamentos diferisse daquela subjacente às favelas, a má conservação de seus prédios levou-os a compartilhar o estigma associado às construções provisórias. O baixo *status* ao qual a Vila Planalto esteve relegada até ser regularizada tornou-a quase tão malvista quanto os demais assentamentos irregulares. Os antigos alojamentos de solteiros, construções de má qualidade já na época da edificação, agravaram esse traço à medida que passaram a abrigar famílias dos operários humildes nos seus cubículos.¹²

O fim da construção da nova capital estigmatizou a Vila Planalto como provisória, suprimindo muitos dos serviços e dos privilégios reservados ao segmento qualificado dos fluxos migratórios. Entretanto, a pressão para eliminar as construções provisórias não obteve êxito, porque as habitações definitivas não foram suficientes para alojar os funcionários públicos recém-transferidos, fato amplamente noticiado nos jornais da época e muito comentado durante o trabalho de campo.

¹¹ Ver M. E. Kohlsdorf, “Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar”, em Ricardo Farret (org., 1985), *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*.

¹² A maior parte da população da Vila Planalto vivia em barracos, segundo levantamento socioeconômico de 1987, realizado pela SHIS / GT-Brasília.

Assim, as casas de madeira dos acampamentos foram ocupadas como residências funcionais. Aquelas maiores e mais bem equipadas, anteriormente destinadas aos engenheiros, passaram para altos funcionários do governo federal ou do governo local. Essa ocupação das casas por recém-chegados enfraqueceu momentaneamente a solidariedade e a rede de relações vigentes durante a construção. Os antigos operários começaram a fazer alianças com os novos moradores, para driblar o controle implacável da Terracap, que objetivava evitar o crescimento do número de casas e, principalmente, o aumento da população pobre. A distinção entre “Fazendinha pobre” e “Fazendinha rica”, “Tamboril de baixo” e “Tamboril de cima” evidencia a heterogeneidade social da Vila Planalto. Heterogeneidade que diversificou as estratégias de luta por moradia e pela continuidade dos acampamentos. Os cortiços e as “cabeças-de-porco” surgiram quando parte da população removida foi realojada nos acampamentos remanescentes, aproveitando os lapsos de fiscalização da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). Lapsos intencionais que surgiram da solidariedade de fiscais que, por residirem nos acampamentos, mantinham laços de amizade ou parentesco com os moradores antigos. As características do espaço alteraram-se, modificando a vida de quem o habitava.

As condições de intimidação, após o golpe de 1964, aumentaram as tensões latentes entre os diversos segmentos sociais da Vila, cuja composição havia sido parcialmente alterada. As distinções de renda ampliaram-se e foram percebidas pela moradora: “Os que mora lá em cima num precisa pensá duas veiz antes de comprá, mas a gente aqui de baixo tem que tê tudo contadinho”.

O reflexo dessas distinções pode ser constatado também na reorganização espacial dos acampamentos entre si. Apareceu uma nova distribuição das edificações, na qual as áreas mais pobres eram envolvidas pela vegetação ou pelas mais ricas. Esse cinturão se fez pelo Tamboril, EBE, rua dos Engenheiros e Fazendinha da Pacheco Fernandes Dantas, avenidas principais da Rabello (incluindo a casa que pertenceu ao seu presidente), e tangencialmente por casas da Emulpress e do DFL. Os alojamentos coletivos, as edificações mais comuns durante a construção, hoje são as mais raras. A despeito de terem abrigado a parcela mais numerosa dos construtores da cidade, foram sis-

tematicamente destruídos, como se a sua retirada eliminasse todos os vestígios da exploração inerente aos preparativos para a mudança da capital brasileira. Essa tendência ao “encolhimento” fica evidente na erradicação dos acampamentos da Pederneiras e da Nacional. As exceções devem-se apenas à ocupação das áreas desocupadas abaixo do DFL, em 1979 (por trezentas famílias egressas da Nacional, que se instalaram principalmente na rua Nova e imediações), e na década de 1990, após o tombamento, com as casas construídas para os “agregados” (famílias residentes em cômodos ou “puxados”).

Percebe-se um esforço adaptativo em ocultar a gradual deterioração das edificações em toda a Vila, acentuadamente na área central, onde prevalece a alta densidade construtiva e populacional e a pior situação socioeconômica. As causas dessa situação podem ser:

- 1) progressivo encolhimento da Vila pela destruição de unidades habitacionais por decisão do governo, durante as sucessivas tentativas para erradicar acampamentos e invasões;

- 2) crescimento demográfico vegetativo ou causado por novas migrações intra ou interurbanas, pois Brasília, mesmo depois de inaugurada, continuou atraindo novas migrações;

- 3) proibição de construir novas habitações ou até mesmo de ações de manutenção e conservação das unidades habitacionais, tanto as individuais quanto as coletivas;

- 4) o empobrecimento progressivo da população, pois as crises econômicas na cidade tiveram sempre repercussão sobre a população mais pobre, ligada basicamente à indústria da construção civil. Tal adaptação fez com que as melhores casas (bem conservadas, pois sempre abrigaram os segmentos com maior poder aquisitivo) passassem a emoldurar a parte externa da Vila, visível aos transeuntes de vias periféricas a ela. Esse arranjo encobriu as habitações pequenas, superlotadas e malconservadas, e os poucos alojamentos coletivos transformados em cortiços.

Outra tática dos moradores foi o cultivo de árvores frondosas nos quintais e nas ruas, que além de proporcionar sombra aos espaços abertos quebrava parcialmente a visibilidade favorável à fiscalização. A densa vegetação assim como o estratégico posicionamento das melhores casas na parte exterior da Vila ofereceram-lhe uma excelente

camuflagem. A cortina verde ocultava o seu lado mais feio, evitando assim agredir a nobre vizinhança pelo contraste das edificações de madeira com a arquitetura moderna da capital. O seu *status* pitoresco conferiu-lhe uma vantagem adaptativa para contrapor ao estigma da provisoriedade. O controle sobre o espaço e a maneira como seus moradores adaptaram os princípios rígidos e autoritários do racionalismo arquitetônico ao desenho tradicional das cidades brasileiras foram, portanto, fatores preponderantes para a sua sobrevivência.

A análise da Vila Planalto, como resultado da drástica redução de alguns acampamentos de obra da época da construção de Brasília, torna-se extremamente relevante. Ao contrário da tendência predominante, os acampamentos não foram todos erradicados e guardaram características de sua origem e de sua urbanização peculiar com uma cadeia de relações institucionais e pessoais próprias. As situações ritualizadas de controle, a vigilância e a falta de privacidade nos espaços confinados criaram uma segregação espacial e social disfarçada pelo mito da igualdade e da participação no sacrifício comum. Os ritos simbólicos da inauguração marcaram um progressivo declínio de muitos dos aspectos disciplinares acima descritos. Repetiu-se, em Brasília, o que ocorre no território após a inauguração das grandes obras, modificando radicalmente os núcleos originais. Entretanto, a expectativa do “transbordamento”¹³ não se verificou nessa quebra do monopólio das construtoras sobre a esfera doméstica dos trabalhadores. Muitos núcleos originais desapareceram¹⁴ (como os acampamen-

¹³ A idéia do “transbordamento” de uma vila operária associada a uma fábrica pode ser eficazmente utilizada para pensar a relação entre os acampamentos de obra e a criação de cidades e sistemas regionais (Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*).

¹⁴ Depoimento de um morador do DFL: “Aí não foi assim numa época só. Foi aos pouquinhos, por exemplo, a minha firma, que era a Adil, eu já tinha pego serviço em outro lugar. O meu campo de trabalho em Brasília findo, então eu ia para outro campo. A Enal acabou, então só foram ficando as grandes; e algumas das pequenas, as grandes compravam e coligaram. Não teve uma época determinada, não parou, agora todo mundo vai embora! Ou todo mundo fica aqui, não. Então foi dispersando aos poucos. Começaram a desmanchar as casas e os acampamentos em 1960. Aqui e ali, no nosso 1964, 1970, 1974, 1978, ainda desmanchando casa. Ainda tem o quê? Até 1980 estavam desmanchando casa, aqui no nosso acampamento. Agora, nos

tos da Adil, Atlas, CVB, Ecisa, Esol, Nacional, Pederneiras, etc.) e apenas alguns, como a Cidade Livre, a Candangolândia/Velhacap e a Metropolitana, se transformaram em bairros ou cidades.

No caso da Vila Planalto, o controle do espaço presente no território da construção persistiu após 1960, ainda que de maneira ambígua. Nesse caso, apesar de o monopólio das construtoras ter-se extinguido, o Governo do Distrito Federal (GDF) continuou com a fiscalização anterior para evitar a autonomia dos acampamentos, provocando o seu "encolhimento" progressivo. A vigilância estrita sobre o território desses acampamentos passou sucessivamente para os órgãos do GDF: Novacap, Terracap e, após o tombamento histórico, para o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA) da Secretaria de Cultura. A Vila Planalto, ao ser regularizada, manteve muitos dos atributos que a caracterizaram como espaço controlado: os moradores não se tornaram proprietários das casas, o tombamento e a concessão de uso mantiveram as restrições a que ficam submetidos os núcleos históricos. Evitou-se assim uma tendência natural de crescimento, fazendo com que a área de 310 hectares ocupada durante a construção tenha diminuído para apenas 56 hectares, conforme seu perímetro de tombamento em 1988. O "encolhimento" da Vila Planalto ficou constatado na comparação dos dados da pesquisa socioeconômica e de opinião realizada pela SHIS/GT-Brasília, em 1987, com os dados coletados pelo núcleo de pesquisa do Gepafi/SHIS, em 1983, Codeplan, 1984, e com os censos do IBGE. Portanto, parece pertinente que a continuidade do controle sobre o espaço por centros externos de poder possa explicar, ainda que parcialmente, a permanência do assentamento.

outros lá não. Nos outros eles não desmanchavam quase casa. Só no nosso aqui... Sei lá, antes isso aqui era muito bem organizado, você pode ver, as casas eram muito bem arrumadinhas, tudo cereado. Você desmanchava sua casa e levava, porque você ganhou ou comprou um terreno, e dizia: então você desmancha a casa aí, e levava todo o material. Não deixava nada".

VILA PLANALTO

Ocupava de 1956 a 1960 uma área de 310 ha.

Área preservada em 1988: 56 ha.

População em 1959: 19.000 habitantes (12.827 em firmas privadas e 6.196 na Vila Amauri).

População em 1964: 6.500 habitantes.

População em 1987: 6.000 habitantes.

(Densidade populacional do Centro-Oeste em 1960: menos de uma pessoa por km²; do Distrito Federal em 1980: 218 pessoas por km²; e em 1991: 330 pessoas por km²).

Uma outra maneira de controlar o espaço ocorre quando as ações governamentais utilizam padrões urbanísticos ideais ao tentar organizar a diversidade das situações urbanas. Da mesma forma que o espaço foi controlado em escala “micro” nos acampamentos pioneiros, isso se verificou como um todo em Brasília. O processo autoritário da implantação da cidade com a função predeterminada de centro administrativo, com categorização rigorosa do espaço urbano, gerou problemas sociais que vêm se perpetuando ao longo dos anos. O Plano Piloto, como núcleo centralizador das oportunidades ocupacionais de todo o DF, monopolizou o mercado de trabalho, e a Terracap manteve o controle estatal dos terrenos, evidenciando os aspectos acima. A valorização da terra urbana exigiu rendas progressivamente mais altas para aquisição e usufruto dos lotes, com prévia destinação de uso. Persistiu a contradição entre a orientação explícita no plano original¹⁵ e a sua execução pelos órgãos governamentais, que alegavam critérios de preservação do Plano Piloto e de proteção da Bacia do Paranoá para justificar suas decisões antes do programa de assentamentos do GDF na década de 1990. Questiona-se, portanto, se a prodigalidade com que os princípios modernistas de arquitetura e urbanismo foram executados e mantidos teria sido possível em um contexto verdadeiramente democrático, pois o caráter segregacionista da cidade decorre dos princípios de projeto e do planejamento autoritário que lhe foi imposto.

¹⁵ Embora tenha sido revisto pelo próprio autor no *Brasília revisitada*.

Recentemente, surgiu a preocupação com o patrimônio contemporâneo,¹⁶ e, no seu processo de luta, os moradores da Vila Planalto passaram também a manipular a “ideologia de preservação histórica”. As políticas de preservação tradicionalmente privilegiaram a temática físico-espacial referente a monumentos e à história das classes dirigentes, e o conceito de preservação que articula aspectos morfológicos e sociais ainda continua restrito.¹⁷ O processo desencadeado para a fixação da Vila Planalto constituiu-se em um caso raro de uso desse enfoque moderno de preservação, aproveitando o fato de Brasília ter sido reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade.¹⁸

¹⁶ Ver Antônio Augusto Arantes, *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*; Aloísio Magalhães, *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*; Yeda Barbosa, “Vila Planalto – preservação da memória de Brasília”, *Revista Brasília*; e Maria Elaine Kohlsdorf, “Brasília e a preservação da modernidade”, *RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, 2 (3).

¹⁷ O conceito de bem cultural admite duas vertentes: a do bem patrimonial “sem perder seu caráter dinâmico e vivo” e a da produção, circulação e consumo da cultura. “(...) o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis (...) (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação individual espontânea, (...) quase sempre de apreciação elitista. (...) Permeando essas duas categorias, existe vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade.” A. Magalhães, *op. cit.*

¹⁸ A preocupação de incluir uma visão antropológica de cultura nas questões relativas à proteção do patrimônio histórico antecedeu às novas posturas quanto à preservação, pois fazia parte da própria criação do IPHAN; mas só foi efetivamente posta em prática pelas reformas implantadas nessa área a partir do final da década de 1970. Para Magalhães, *op. cit.*, “Brasília é o exemplo preferido e perfeito do que é o processo histórico, a escala como deve ser visto o processo histórico e que o tempo não pode ser medido numa escala pequena. Por exemplo, você veja o seguinte: que em 1821 Brasília foi concebida em termos de idéia. (...) No entanto foram precisos 150 anos para que essa idéia fosse convertida em ação. (...) Enfim, você tem historicamente episódios de reiteração da idéia, que permanece latente (...) De todo o patrimônio que você chama de pedra e cal – e eu diria que no caso de Brasília é cimento e ferro – Brasília é o único que representa, ao mesmo tempo, um passado e um futuro. (...) havia os componentes capazes de síntese, da grande síntese de compreensão brasileira, através da arquitetura.” (...) “Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado (...) A tarefa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao

Essa luta fez com que agentes sociais marginalizados tivessem seu papel reconhecido e garantida a sua moradia em um local onde, normalmente, a situação econômica não lhes permitiria. O seu estudo poderá subsidiar o estabelecimento de metodologias de trabalho aplicáveis a locais sujeitos a medidas de proteção histórica, além de sugerir novos critérios para análise e seleção “do que” e “para quem” preservar. A nova política preconizada por parte dos técnicos de preservação propiciou ações comuns e a crescente organização popular no sentido de impedir a transferência dos acampamentos para outro local.

Ação política e o papel do GT-Brasília na Vila Planalto

A ideologia nacional desenvolvimentista, com o uso da propaganda oficial,¹⁹ legitimou a transferência da capital para o interior do Brasil por intermédio da repetição intencional de fatos que enfatizaram o simbolismo da sua construção.²⁰ A criação de Brasília acabou for-

invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro. O novo é apenas uma forma transformada do passado, enriquecida na continuidade do processo, ou novamente revelada, de um repertório latente”.

¹⁹ Sobre propaganda ver Georgete M. Rodrigues, *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*.

²⁰ A construção da capital exigiu, além de recursos privados, a decisão política e a intervenção estatal para viabilizá-la (David Epstein, *Brasília, plan and reality. A study of planned and spontaneous urban development*; Miriam L. Cardoso, 1978; Gustavo L. Ribeiro, *O capital da esperança: Brasília, um estudo sobre uma grande obra da construção civil*; Hermes A. Teixeira, *Brasília: o outro lado da utopia*; Nair B. Sousa, *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*; Ricardo Farret, “O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília”, em A. Paviani (org.), *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*; Aldo Paviani (org.), *Brasília, ideologia e realidade*; Benício Schmidt, “Brasília como centro político”, em Aldo Paviani (org.), *Brasília, ideologia e realidade*; Paulo Bicca, “Brasília: mitos e realidades”, em Aldo Paviani (org.), *Brasília, ideologia e realidade*; José Vesentini, *A capital da geopolítica*; e Georgete M. Rodrigues, *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*, dentre outros).

mando uma “identidade de pioneiro”, amplamente reconhecida pela opinião pública desde a época da construção. A origem distinta dos moradores da Vila Planalto, tanto pela procedência regional quanto por sua posição social, implicou diferentes critérios para a formação de uma identidade comum entre os trabalhadores e as figuras reconhecidas pela história oficial, como, por exemplo, Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, donos e dirigentes das empreiteiras. Essa identidade comum de desbravadores e o estabelecimento de laços baseados no local de origem facilitaram a continuidade dos acampamentos depois de encerradas as obras da nova capital. Apesar da negligência com que foram registradas as experiências dos humildes construtores, criou-se uma mística de igualdade para os primeiros tempos de Brasília. Esse tipo de fraternidade, enfatizada pela propaganda, funcionou para disfarçar a extrema exploração da mão-de-obra e para minorar o desconforto daquela época.

O regionalismo, durante a construção da capital, possibilitou que as relações sociais fossem manipuladas para obter privilégios e até mesmo moradia. Serviu também para pressionar pessoas influentes em momentos críticos sobre o destino dos acampamentos. As relações estabelecidas durante a construção e a consolidação de Brasília transcenderam os níveis políticos locais e regionais, mantendo a dade paternalismo/clientelismo no personalismo das relações populistas da política brasileira. Transpareceram ainda as relações de lealdade entre patrões e empregados²¹ e a troca de favores entre um grupo de pessoas do mesmo nível – a “panelinha”²² ou a “igrejinha”, formada por um líder e seus dependentes. Sem dúvida a incorporação de funcionários públicos e de membros do alto escalão do governo, como um ministro de Planejamento e a filha de um presidente da República, como moradores, contribuiu para que a Vila Planalto permanecesse.

O processo de interiorização do Brasil, ou de penetração do capitalismo para integrar as terras improdutivas ao mercado, foi divulgado

²¹ Ver Charles Wagley, 1971.

²² “Um grupo relativamente fechado, completamente informal, reunido por laços de amizade, contato pessoal ou interesse comum, agindo para fins comuns e incluindo uma relação de todas as posições sociopolítico-econômicas chaves.” Anthony Leeds, 1978.

pela propaganda oficial como a meta-síntese, o único caminho para o desenvolvimento e a integração nacional. O crescimento econômico e a internacionalização de setores básicos da economia deviam aliar-se ao desenvolvimentismo e ao nacionalismo. Buscou-se legitimar a política econômica por intermédio de uma ideologia que acabou assimilada, não só pelos participantes da obra, mas pela maior parte da sociedade. A euforia dessa ideologia foi resultado da manipulação oficial para mascarar uma série de problemas apresentados pela conjuntura econômica.²³ Vários símbolos como “modernidade”,²⁴ as “Bandeiras” e a “Marcha para o Oeste” foram usados na construção da identidade dos “candangos” e “pioneiros”, passando a constituir aspectos marcantes da sua memória social. A luta da população da Vila Planalto para manter suas moradias buscou apoio nessa ideologia legitimadora da construção de Brasília, em idéias como “ritmo de Brasília”, “pioneirismo” e “desenvolvimento do Brasil”.²⁵

A manipulação ideológica foi iniciada, portanto, durante a construção por setores do governo e, mais tarde, estendeu-se às categorias como “candango” e “pioneiro”, mesclando-as para que assimilassem a conotação heróica até então restrita aos detentores da “história oficial”. A ação dos operários era mencionada para ressaltar as decisões políticas e o desempenho dos governantes, políticos e engenheiros. O fato de as classes subordinadas também se identificarem como atores abriu uma nova brecha para interpretações dessa história. Referências novas foram criadas para constituir a rede social própria desse caso específico de “projeto de grande escala”. “Pioneiro” passou a ter força na memória social do brasileiro como símbolo de uma experiência marcante na história da cidade, na qual a participação dos trabalhadores foi reconhecida e conferiu força ao apelo para continuarem na Vila Planalto. O orgulho de identificarem-se como atores do grande feito, construção da nova capital, significou participar de um mito.

Nesse caso, a categoria “pioneiro” foi de importância central para compreender tanto aspectos da ideologia vigente durante a construção de Brasília quanto para a identidade contemporânea dos

²³ Ver H. Teixeira, *Brasília: o outro lado da utopia*.

²⁴ Ver F. Hardman, *Trem fantasma: a modernidade na selva*.

²⁵ Ver Victor Turner, *The ritual process. Structure and anti-structure*.

“candangos” e brasilienses. Os moradores da Vila Planalto resgataram a identidade que lhes havia sido usurpada por funcionários públicos e por comerciantes, que ao se transferirem para a cidade, após a inauguração, passaram a se auto designar “pioneiros”. Os moradores “candangos” souberam manipular em seu benefício o seu “pioneirismo”, que passou os diferentes estratos sociais e as diferentes fases do assentamento. Tal manipulação se manifestou por características culturais e históricas, mais do que por aspectos estritamente étnicos, presentes nos casos de minorias (índios, negros e imigrantes).²⁶ A faceta étnica, imbricada na cultura brasileira, evidencia-se, porém, no termo “candango”, de origem africana, utilizado para designar os peões de obra de Brasília.

A diversidade social existente na Vila Planalto, em todos os momentos, foi outro fator que contribuiu para a sua sobrevivência. A manipulação de aspectos ideológicos como as identidades de “pioneiro” para os seus habitantes, e de “bairro histórico” para o local, no contexto de uma nova política de preservação, também contribuiu para a permanência do assentamento. Os fatores ideológicos mencionados acima atuaram não só para sensibilizar o “público externo” como ainda para mobilizar os moradores na luta pela preservação da Vila Planalto, constituindo também uma estratégia de luta pela fixação, tanto da parte dos moradores como dos técnicos participantes do GT-Brasília. As principais preocupações dessa proposta foram de resguardar as características sociais e espaciais fundamentais para a identidade da Vila Planalto como acampamento pioneiro, e demonstrar à população que dela própria dependia a história da cidade.

Na ótica multidisciplinar adotada nesse trabalho, a percepção que os habitantes têm sobre a cidade ou bairro depende da experiência individual na interação com o ambiente físico e da bagagem cultural proporcionada pela vivência social de cada um. Essa questão transporece no conceito de topofilia,²⁷ ou o elo afetivo estabelecido entre a

²⁶ Sobre identidade, ver Frederick Barth, *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*; Carlos Brandão, *Identidade e etnia. Construção da pessoa e resistência cultural*; Roberto C. de Oliveira, *Identidade, etnia e estrutura social*.

²⁷ Definida por Yu Fu Tuan, *Topofilia*.

pessoa e o lugar, que pode se constituir em indicador relevante dos referenciais da Vila Planalto. Os aspectos simbólicos das atividades urbanas evidenciam laços importantes entre a história das cidades e a identidade de seus habitantes. A identidade possui, então, as dimensões pessoal e social (coletiva), na medida em que ela se define pelo que as pessoas ou grupos acham que são e pelo que os outros acham que eles são.²⁸ Outro fator preponderante no estabelecimento da identidade social em Brasília foi o regionalismo, substituindo as tradicionais trocas de favores das demais cidades brasileiras, com base em redes clientelistas, pelo critério do local de origem para estabelecer laços e compromissos vinculados à burocracia governamental.²⁹

Um outro aspecto marcante na identificação das pessoas com os espaços públicos corresponde ao conhecimento da história e do uso desses espaços. O papel desses usos confere valores e categorias que definem a identidade e possibilitam a apropriação desses locais. As atividades, assim como a sua forma, são pontos referenciais relevantes para a análise das regras de utilização do espaço, que estão em permanente construção pela sociedade. As ruas e os bairros são unidades de significado, limites do território e suporte espacial para organizar a vida social cotidiana.³⁰ As relações sociais de vizinhança, de amizade e a própria rotina surgida da conjugação dos usos de residência, trabalho e lazer criaram mecanismos populares de controle para se contrapor à fiscalização governamental na Vila Planalto. As soluções adotadas pelo poder público (e pelos urbanistas) muitas vezes suprimem o dinamismo, roubam aos espaços a capacidade de gerar e absorver a intensa movimentação de pessoas no desempenho de suas funções rotineiras. As intervenções urbanísticas podem enfraquecer o significado de locais específicos e dificultar a presença da diversidade, elemento estruturador indispensável da vida urbana. A desfiguração

²⁸ E. Goffman, *A representação do eu na vida cotidiana*, e R. Cardoso de Oliveira, *Identidade, etnia e estrutura social*.

²⁹ D. Epstein, *Brasília, plan and reality*.

³⁰ A forma espontânea de organização das atividades cotidianas fazia-se com base nos laços regionais, como, por exemplo, as mulheres da mesma cidade reuniam-se sempre no mesmo dia da semana para lavar roupa nos tanques dos alojamentos coletivos e, ao mesmo tempo, conversar sobre conterrâneos e conhecidos.

dos espaços sociais causada pela especialização excessiva mutila o tecido urbano, tira a segurança e inviabiliza as ruas para o lazer. Os “olhos da rua” só operam quando há diversidade de usos ou múltiplas atividades alimentando o espaço público, proporcionando sua apropriação e segurança.³¹

Vale salientar que os custos sociais decorrentes da perda de identidade são altos tanto para indivíduos quanto para lugares, e os rituais tornam-se cruciais para preservá-la. As mudanças nos ambientes tradicionais extinguem o contato face a face, alteram as fronteiras e a classificação entre público e privado. A introdução do racionalismo arquitetônico muitas vezes dificulta a vida pública nas ruas e nas praças. O plano de Brasília, ao prever a segregação espacial entre os usos e a classificação taxativa das atividades, polarizou as relações sociais prejudicando o espaço.³² O convívio social passou a depender mais das relações “transpaciais” ou menos fortuitas e casuais, tirando da vida urbana os “usos da desordem”.³³

As concepções sobre o espaço devem se constituir em objeto de investigação para que as medidas governamentais atendam aos interesses dos usuários. Identificar os códigos culturais inerentes ao aproveitamento de cada lugar torna-se essencial ao sucesso e à democratização das intervenções urbanísticas. Entretanto, o processo de tomada de decisões políticas quanto à configuração e ao uso dos espaços públicos nem sempre reflete os anseios populares. Essa inadequação pode provocar mecanismos de defesa, de superação e de reversão da organização desses espaços. A obediência ao plano original de Brasília tolheu a atuação dos habitantes na criação do seu espaço e restringiu, durante muito tempo, o registro da história aos relatos oficiais dos feitos de seus idealizadores. O interesse no registro dessa outra faceta da histó-

³¹ Ver Jane Jacobs, *The death and life of great American cities*.

³² Ver Gonzales, “As formas concretas da segregação residencial em Brasília”, em Paviani (org.), *Brasília, ideologia e realidade*, e Gouvêa, *Brasília: a capital da segregação e do controle social. Uma avaliação da ação governamental na área da habitação*.

³³ Ver Frederico Holanda, “A morfologia interna da capital”, em Paviani (org.), *Brasília, ideologia e realidade*, e Richard Sennett, *The uses of disorder, personal identity and city life*.

ria justifica-se pelo risco de se perderem os depoimentos dos construtores da cidade, fontes preciosas de informação.³⁴ Como reação à rigidez do plano e à segregação do espaço urbano da nova capital, surgiram alguns movimentos passíveis de análise como movimentos sociais urbanos.³⁵

Os mecanismos de sobrevivência da Vila Planalto caracterizaram-se, inicialmente, por uma resistência passiva. Os moradores simplesmente permaneciam nas casas, recusavam-se a abandoná-las nos prazos estipulados pela Novacap, buscavam apoio dos fiscais e dos responsáveis para protelar ao máximo sua transferência, exigiam emprego nos órgãos do governo local ou algum tipo de contrapartida, como, por exemplo, levar consigo a casa quando obtinham um lote nas cidades-satélites. A resistência à remoção foi surgindo à medida que o restante da cidade foi se consolidando.

A luta pela permanência foi, aos poucos, moldando reivindicações quanto aos serviços e equipamentos urbanos e estabelecendo compromissos entre diversos grupos sociais, dentro e fora dos acampamentos. Assim, os funcionários públicos ali residentes, conhecedores das intervenções planejadas para o assentamento, por sua posição funcional na administração do GDF, eram solicitados a interferir a favor dos demais moradores. O acesso às informações sobre o destino do assentamento tornava certas pessoas muito importantes para desempenhar o papel de interlocutores nas negociações de melhorias como: novas linhas de ônibus pela TCB, novas ligações de água e limpeza de fossas pela Caesb, liberação de materiais de construção apreendidos ou autorização para reformas pela Terracap, instalação de orelhões pela Telebrásilia e reformas na escola pela Fundação Educacional (FEDF). A negociação com as concessionárias CEB, Caesb e

³⁴ Ver Nair Bicalho de Sousa, Machado e Jaccoud nesta coletânea.

³⁵ Movimentos estudados por A. Leeds, 1967; J. Perlman, 1981; C. N. F. Santos, *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*, no Rio de Janeiro; P. Singer e V. Brant, *São Paulo: o povo em movimento*; T. P. R. Caldeira, *A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*; P. Jacobi, *Movimentos sociais e políticas públicas*; M. G. Gohn, *Movimentos sociais e luta pela moradia*, em São Paulo; A. M. Doimo, *Movimento social urbano, Igreja e participação popular. Movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo*, em Vila Velha, que permitiram um quadro comparativo útil para o trabalho.

Telebrasília nas questões de abastecimento d'água, telefone e de saneamento, na fase que precedeu a fixação, revelou o quão incipiente estava a Vila Planalto comparada a outros movimentos.³⁶ A dificuldade em levar as negociações a bom termo demonstra que os interesses das comunidades só serão satisfeitos quando houver interação entre todos os níveis de atores políticos. A discussão precisa se dar entre administradores, políticos, líderes comunitários e ativistas para que se decida o que é realmente necessário e a melhor maneira de implementar tais decisões tomadas em conjunto. Na Vila Planalto, por exemplo, o posto telefônico, o gerador de energia, a cantina e o açougue do acampamento da Rabello não foram substituídos a contento dos moradores, provocando reclamações e a idealização do passado.³⁷

Os problemas enfrentados no relacionamento da população da Vila com as autoridades governamentais para fixar o assentamento podem ser vislumbrados a partir do descompasso entre o interesse coletivo e os parcos dividendos políticos, pouco compensadores em

³⁶ Como, por exemplo, aqueles relatados por P. Jacobi, *Movimentos sociais e políticas públicas*; M. G. Gohn, *Movimentos sociais e luta pela moradia*.

³⁷ "A Vila Planalto antigamente era uma cidade. Tinha uma cerca e as entradas eram guardadas e os moradores tinham condução para fazer compras em outros lugares de Brasília. Cheguei aqui no acampamento da Rabello em 1963 e até 1968 não tinha despesa com nada da moradia, nem água, nem luz. Por volta de 1972 passei a pagar água. Antes era muito melhor. Muito melhor. Depois que inaugurou não, que aí, sei lá, acho que o pessoal desleixaram. E não deveria ter feito isso, né? Não devia. Sei lá! Ele parou no tempo. (...) Mulher só cuidava da casa, ela não precisava sair pra ir a lugar nenhum, tudo tinha aqui na porta. Agora, hoje não. Hoje dependem de tudo. Antigamente se precisava de um carro você ia ali no telefone, chegava lá, telefonava pro Setor de Indústria, da central mandava o cara apanhar. Outra hora, tinha um carro aqui. Tinha uma camioneta à disposição de acidente, qualquer coisa no acampamento. Menino seu adoeceu ia ali, se você não queria levar ele no laboratório, porque ali tinha um laboratório de um médico bastante conhecido. Quando o enfermeiro estava, aí você levava pro IAPI, lá embaixo, lá perto do Núcleo Bandeirante. Levava e esperava você ser atendida ou internada. Aí mandava notícia e de lá telefonava pra casa. Era muito fácil e era muito gostoso. Dentista, às vezes você estava com problema de dentista, era um dentista da Base. Farmácia, uma farmácia ali, (...). Eu comecei a dar refeições depois que a firma dispensou a cantina dela ali. Em 1960 eu comecei a minha cantina aqui. Comecei, acho que com quatro pessoas. É, aí depois eu fui servindo pra quarenta e poucas pessoas. Era muito boa, né? Aí tive as férias, e minha mulher faleceu, aí depois que ela faleceu, então fim."

um quadro de ausência de eleições e de participação popular. Por mais de duas décadas as mudanças de orientação da política habitacional refletiram-se na estruturação do espaço urbano do DF, a franca expansão na primeira metade da década de 1970 implicou conseqüentemente a rigorosa repressão aos assentamentos irregulares pela Terracap. Esse panorama começou a mudar com a possibilidade efetiva de representação política para o DF.

O fato de a Vila Planalto ter uma origem distinta das favelas facilitou o trato com as autoridades, pois sua inscrição no espaço urbano tinha sido, ainda que em termos provisórios, determinada pelo próprio governo local. A despeito das dificuldades, surgiram alguns canais de expressão para o desenvolvimento de lideranças na Vila Planalto. Lideranças ocasionais, emergentes em momentos como os mutirões de limpeza, organização de festas, distribuição de presentes no Dia da Criança, foram embriões da luta pela permanência. Os bares, as mercearias e o consultório dentário foram pontos de encontro importantes para os movimentos políticos nascentes.

A escolha de locais tradicionais para realização das festividades, assim como a escolha dos seus nomes, enfatizou laços estratégicos com episódios ou figuras marcantes na história da cidade. O descampado do prestigiado acampamento da Rabello (onde existiu o Clube dos Engenheiros e hoje é a Praça Tancredo Neves) simboliza essa busca de identificação com figuras associadas ao poder. A possibilidade de manipular essas ligações se provou efetiva, no passado, sendo uma das causas da sobrevivência desse acampamento. A importância de pessoas poderosas era percebida e associada com determinados locais. As ligações com altos dirigentes do governo, o sistema de favores e a posse de informações valiosas continuaram operando ao longo de toda a história da Vila Planalto e constituíram um dos mecanismos mais eficazes para instrumentalizar os seus moradores na luta pela fixação. A intermediação entre os moradores e o governo passou a ser conseguida também por meio de lideranças incipientes nas associações e, posteriormente, por intermédio dos técnicos do próprio governo que passaram a participar das negociações.

A resistência passiva (a permanência nas próprias casas) revelou-se insuficiente como estratégia, e novos mecanismos fizeram-se

necessários para enfrentar o controle e as sucessivas tentativas de remoção dos acampamentos. No entanto, a formação de um movimento social consistente na Vila Planalto foi retardada pela idealização do passado, falta de conscientização política dos moradores, falta de uma organização capaz de ajudá-los na luta pela moradia. O fato de Brasília não possuir independência política, a ausência de eleições locais aliada ao longo período de governo militar, tudo isso dificultou ainda mais a regularização definitiva do assentamento. A fixação, tantas vezes negada, só foi obtida quando seus moradores souberam manipular as reivindicações em momentos politicamente propícios. A iniciativa de lidar com as autoridades partiu daqueles que se serviram de contatos pessoais ou de vínculos de trabalho para melhorar suas condições de vida. Aos poucos, essa prática foi conquistando a adesão de outros moradores.

Porém, a mobilização crescente dos moradores sofreu ações inibidoras por parte do governo. A demora em prestar serviços de saneamento básico, em atender às recomendações do GT-Brasília feitas com o intuito de preservar a identidade da Vila Planalto comprometeram a integridade desse monumento histórico e a qualidade de vida da sua população. O aparente atendimento às reivindicações apresentadas pelas lideranças comunitárias, as decisões proteladas por entraves político-burocráticos, os mecanismos instituídos para emperrar e imobilizar o processo de regularização do assentamento dificultaram a organização de um movimento coeso e atuante na Vila Planalto. Houve um processo gradual de mobilização dos habitantes da Vila perante problemas específicos, como danos causados por tempestades, saturação de fossas, destelhamento ou desmoração de barracos, conflitos com fiscais, acusações de ocupação irregular e outras crises. Surgiram na década de 1980 algumas associações voluntárias agrupando certo número de pessoas de acordo com interesses comuns, como, por exemplo: o grupo de oração, as associações das mães e das donas-de-casa, o centro social, o grupo dos "agregados". A Associação de Moradores e a Prefeitura Comunitária institucionalizaram-se, nessa ocasião, supostamente, em defesa de toda a comunidade.

A questão da representatividade da população, como veremos, vai expor a fragilidade dos laços de solidariedade entre os moradores e explicitar os conflitos de interesse de cada segmento social do assen-

tamento, cujas lideranças trocavam acusações entre si. Uma das possibilidades mais efetivas nas disputas internas pela liderança na Vila Planalto revelou-se ao divulgar algo desabonador sobre suas figuras de destaque, pois a informação sobre a identidade é um fator decisivo para manipular a avaliação moral do comportamento dos líderes e seus adeptos e constituiu um trunfo nos conflitos de liderança. O apelo do comunitarismo para as políticas públicas transpareceu na relação da miniprefeitura com o GDF, como interlocutor válido na interação dos moradores com o governo. Apesar de a sua primeira dirigente, uma funcionária da Terracap, ser vista com desconfiança por parte dos moradores mais humildes, sua atuação na entidade pautou-se por medidas assistencialistas. O seu bom relacionamento com os programas sociais do governo era um mecanismo de prestígio, almejado por todos os demais dirigentes das associações na Vila.

Outra organização bastante atuante denominava-se Grupo de Oração, vinculado aos movimentos eclesiais de base da Igreja Católica. Esse grupo congregava semanalmente mais de trinta pessoas para rezar e distribuir mantimentos e remédios aos moradores carentes. Nessas reuniões cantavam músicas religiosas e também discutiam os problemas vivenciados por seus membros, desde o desemprego, as más condições habitacionais, a carência de serviços básicos de saúde, até como se deveria proceder para que os agregados não perdessem suas moradias. O grupo, apesar de ser majoritariamente constituído por mulheres, era liderado por dois homens. As reuniões realizavam-se preferencialmente no espaço público em frente à casa de algum membro.³⁸ Os líderes desse grupo tinham a participação de membros de partidos políticos, dos quais queriam manter o grupo desvinculado.

A associação mais recente, o Centro Social da Vila Planalto, registrou-se em 1987. Ele surgiu de um grupo de dez mulheres que se reunia no CDS/Cebem para desenvolver trabalhos de caráter assistencialista para moradores pobres. Entretanto, esse grupo passou a atuar ativamente em prol da fixação e foi um dos canais de penetração do

³⁸ As reuniões das quais participamos se realizaram em cimentados de edificações já demolidas, mas, antes de sermos convidadas a freqüentá-las, fomos inquiridas por um dos dirigentes, justificando sua preocupação quanto ao nosso interesse com sua experiência anterior em grupos de Goiânia, onde as pessoas entravam e saíam sem dizer dos seus propósitos e de suas vinculações políticas.

GT-Brasília junto aos moradores. Os seus membros mantiveram contatos pessoais com autoridades, visitaram moradores considerados importantes na divulgação da proposta do GT-Brasília e foram grandes aliados no desenvolvimento de uma proposta realmente conjunta entre técnicos e moradores. Um aspecto interessante na atuação política desse grupo foi o fato de no início, sempre que decisões importantes precisavam ser tomadas, ou reuniões com autoridades eram necessárias, as mulheres se faziam representar por homens, seus maridos, vizinhos ou futuros participantes, que naquele momento estavam pouco envolvidos com os assuntos em pauta. Com o tempo elas foram adquirindo desembaraço e verificando a importância do próprio desempenho.

A tarefa de desenvolver um trabalho conjunto envolvendo técnicos de diversos órgãos do GDF, do MinC e a população da Vila Planalto revelou-se mais complicada do que se esperava, principalmente porque o único interesse compartilhado pelos moradores era assegurar a sua moradia, que para alguns deles nem precisaria ser no mesmo local. O nível de consciência quanto ao valor que o local apresentava em termos imobiliários era incipiente, e as vantagens da proximidade dos locais de trabalho foram aos poucos sendo comentadas, esclarecendo aos residentes os efeitos perversos da especulação imobiliária, uma nova ameaça à sua permanência na Vila. As expectativas quanto à fixação variavam desde a convicção de que os lotes deveriam ser todos iguais, as ruas de mesmo tamanho, casas do tipo dos conjuntos habitacionais populares, até sonhos com casas moderníssimas, com piscinas, garagens subterrâneas e adegas. Quanto aos técnicos, defendiam as posições oficiais dos seus órgãos, muitas vezes conflitantes com as dos demais representantes.

As associações voluntárias ganharam projeção no âmbito da política social dos anos 1980 e, no caso em estudo, começaram a atuar com reivindicações cada vez mais articuladas quanto à melhoria da sua qualidade de vida. Os preparativos para a nova Constituição, no último quinquênio da década de 1980, fortaleceram as organizações da sociedade civil e provocaram uma considerável mobilização dos moradores em torno da fixação da Vila Planalto. As suas lideranças manipularam aspirações políticas e exploraram as possibilidades oferecidas pelas primeiras eleições da cidade. O seu empenho em conse-

guir visitas de candidatos à Vila mesclava a intenção de comprometê-los na fixação com a de agir como cabos eleitorais, aumentando simultaneamente o seu prestígio. Assim, a mobilização para preservar a Vila cresceu no período da redemocratização brasileira, e a questão da identidade tornou-se essencial para entender esse processo. A manipulação das relações pessoais, dos vínculos regionais e do “pioneirismo” dos seus moradores serviu para sensibilizar a opinião pública e legitimar a permanência definitiva da Vila Planalto. O intuito de garantir a sua moradia fez com que os moradores manipulassem também a ideologia de preservação, no momento em que Brasília era reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Cultural da Humanidade. Eles empreenderam diversas ações coletivas que variaram da resistência passiva ao protesto, como parte da reação ao constante risco de serem removidos. Nos estágios mais recentes dessa luta o movimento dos moradores se aproximou dos movimentos sociais urbanos, em que pese as dificuldades em classificá-lo assim. Os movimentos sociais podem ser considerados coletividades organizadas para conscientemente pressionar ou resistir à mudança social, por meios não institucionalizados.³⁹ Seriam movimentos de massa que não se limitariam apenas aos objetivos pessoais de seus membros. O poder dos movimentos sociais estaria na sua capacidade de provocar mudanças conectadas a aspirações amplas e a ideais abstratos.

Apesar de a mobilização ser um processo moroso⁴⁰ e a organização de um movimento exigir tempo e muita dedicação dos líderes, a iniciativa para preservar a Vila Planalto estruturou-se de maneira mais organizada no final da década de 1980, quando a abertura política possibilitou o ressurgimento de movimentos sociais até então reprimi-

³⁹ Ver Wilson, *Introduction to social movements*; L. Peattie, *Fighting airports*; M. Resende, “Movimentos de moradores: a experiência dos inquilinos de Ceilândia”, em Paviani (org.), *A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília*.

⁴⁰ Ver, por exemplo, o governo municipal progressista de Chicago, entre 1983 e 1987, no qual o processo de organização de comunidade foi lento, mas tornou-se efetivo em muitas situações para lidar com agências governamentais burocráticas. P. Clavel e W. Wiewel, *Harold Washington and the neighborhoods. Progressive city government in Chicago, 1983-1987*.

dos. O interesse que a cidade despertou em organismos internacionais, como candidata ao tombamento como Patrimônio Cultural da Humanidade, contribuiu para legitimar o movimento. Os moradores da Vila Planalto souberam aproveitar as preocupações da elite intelectual com o passado recente e usar, pragmaticamente, o recurso do tombamento na defesa da sua moradia. A resistência oferecida à “camisa-de-força da preservação” foi substituída pelo interesse em participar da proposta para fixar a Vila, coordenada pelo GT-Brasília, quando perceberam que isso poderia auxiliá-los em sua luta. Os fatores ideológicos foram assim essenciais para explicar a permanência da Vila Planalto em face das possibilidades recentes de reivindicação popular. A gradual restauração da democracia, a participação popular e os esforços para vencer os interesses de lucro imediato com empreendimentos imobiliários fortaleceram a luta pela permanência definitiva na Vila Planalto.

Bibliografia

- ARANTES, Antônio A. *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BARBOSA, Yeda Virgínia. “Vila Planalto – preservação da memória de Brasília”. *Revista Brasília*, edição de jun./1988.
- BARTH, Frederick. *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Little Brown & Co., 1969.
- BICCA, Paulo R. S. “Brasília: mitos e realidades”. Em Aldo Paviani (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985.
- BLAY, Eva A. *Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1985.
- BRANDÃO, Carlos R. *Identidade e etnia. Construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BURAWOY, Michael. “The functions and reproduction of migrant labor: comparative material from Southern Africa and the United States”. *American Journal of Sociology*, 5, 1976.

- CALDEIRA, Teresa P. R. *A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos — O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. São Paulo, Nobel, 1992.
- CARDOSO, Míriam Limoeiro. *A ideologia do desenvolvimento. Brasil, JK-JQ*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1978.
- CLAVEL, P. e WIEWEL, W. *Harold Washington and the neighborhoods. Progressive city government in Chicago, 1983-1987*. Rutgers University Press, 1991.
- CODEPLAN. *Estudo dos assentamentos urbanos da Vila Planalto e Varjão*. Brasília, 1984.
- COLEÇÃO DE RECORTES DE JORNAIS SOBRE BRASÍLIA DA NOVACAP. Arquivo Público do Distrito Federal e Instituto Histórico e Geográfico de Brasília.
- COSTA, Lúcio. *Brasília revisitada*. Rio de Janeiro, 1986.
- . *Brasília, cidade que inventei*. Brasília, GDF/ArPDF/Codeplan/DePHA, 1991.
- DOIMO, Ana Maria. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular. Movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- EPSTEIN, David G. *Brasília, plan and reality. A study of planned and spontaneous urban development*. University of California Press, 1973.
- FARRET, Ricardo L. “O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília”. Em Aldo Paviani (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1961.
- . *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- . *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo, Loyola, 1991.
- GONZALES, Suely F.N. "As formas concretas da segregação residencial em Brasília". Em Aldo Paviani. (org.). *Brasília ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de C. *Brasília: a capital da segregação e do controle social. Uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. Dissertação de Mestrado/Departamento de Urbanismo, UnB, 1988.
- GRAU, Eros R. "Algumas notas para a reconstrução do princípio da legalidade". *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, 1983.
- GT-Brasília/MinC/UnB/GDF. *Relatório de atividades*. Brasília, 1986.
- . *Memorial da Vila Planalto*. Brasília, 1987.
- . *Proposta preliminar para a fixação da Vila Planalto*. 1987.
- Guia Preliminar de Fontes para a História de Brasília*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1988.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HOLANDA, Frederico de. "A morfologia interna da capital". Em Aldo Paviani (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo, Cortez Editora, 1989.
- JACOBS, Jane. *The death and life of great American cities*. Nova York, Randon, 1961.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. "Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar". Em Ricardo Farret (org.). *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. São Paulo, Projeto, 1985.
- . "As imagens de Brasília". Em Aldo Paviani. (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985.
- . "Brasília e a preservação da modernidade". *RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Salvador, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2 (3), 1989.

- LEEDS, Anthony. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.
- LEITE LOPES, José Sérgio. “Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de subordinação burguesa”. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação, estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- . *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília, UnB/MCT/CNPq, 1988.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/FNpM, 1985.
- MEIRELLES, Hely L. “Desapropriação para urbanização”. *Revista de Direito Administrativo*, abr./jun. 1974.
- MARX, G. T. *External efforts to damage or facilitate social movements: some patterns, explanations, outcomes, and complications in dynamics of social movements*. Zald & McCarthy, 1979.
- MOLOTCH, H. *Collective action and the response of authorities. Media and movements*.
- MUKAI, Toshio. *Direito e legislação urbanística no Brasil (história-teoria-prática)*. Saraiva, 1988.
- OLIEN, Diana D. e OLIEN, Roger M. *Oil booms. Social change in five Texas towns*. Nebraska, University of Nebraska Press, 1982.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976.
- PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985.
- (org.) *Urbanização e metropolização*. Brasília, UnB/Codeplan, 1987.
- . *Brasília: a metrópole em crise. Estudos sobre urbanização*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1989.
- PEATTIE, L. R. *Fighting airports*. 1990.
- PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade – favelas e política no Rio de Janeiro*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- PIVEN, F. e CLOWARD, R. A. *Poor people's movements*. 1979.
- RABINOW, Paul e WRIGHT. “Espacialização do poder”. *Skyline*. Traduzido por Turkienicz, UnB, 1982. (Mimeo).

- RESENDE, Mara. "Movimento de moradores: a experiência dos inquilinos de Ceilândia". Em Aldo Paviani (org.). *A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília*. Editora Universidade de Brasília, 1991 (Coleção Brasília).
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: Brasília, um estudo sobre uma grande obra da construção civil*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, UnB, 1980.
- . "Cuanto mas grande mejor? Proyetos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos". *Desarrollo Económico*, 105, 1987.
- . *Developing the moon land: the Yacyreta Hydroelectric High Dam and economic expansion in Argentina*. Ph.D. Dissertation. City University of New York, 1988.
- RODRIGUES, Georgete M. *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, UnB, 1990.
- SANTOS, Carlos Nelson F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- . *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo, Projeto, 1988.
- SANTOS, C. N. F. e VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo, Projeto/Finep/Ibam, 1985.
- SCHMIDT, Benício Viero. "Brasília como centro político". Em Aldo Paviani (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985.
- SENNETT, Richard. *The uses of disorder, personal identity and city life*. Victoria, Penguin Books, 1970.
- . *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícius C. (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1981.
- SOUSA, Nair H. B. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- TEIXEIRA, Hermes A. *Brasília: o outro lado da utopia*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, UnB, 1982.

- TUAN, Yu Fu. *Topofilia*. Difel, 1974.
- TURNER, Victor W. *The ritual process. Structure and anti-structure*. Londres, Routledge & Kegan P., 1969.
- TURNER, R. H. e KILLIAN, L. M. *Toward a theory of social movements*. 1957.
- VESENTINI, José W. *A capital da geopolítica*. São Paulo, Ática, 1987.
- WAGLEY, Charles. *An introduction to Brazil*. Nova York, Columbia University Press, 1971.
- WILSON, J. *Introduction to social movements*. Nova York, Basic Books.
- ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa de Cerqueira. *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Urbanismo, UnB, 1991.



Gráfica e Editora Brasil Ltda.

SIG - Q.08 - Nº 2378 - Fone: 344-1614
Fax: 344-1613 - Brasília-DF

COLEÇÃO BRASÍLIA

Organizada por
Aldo Paviani

*Urbanização e
metropolização: a gestão dos
conflitos em Brasília
(1987)*

*Brasília: a metrópole em crise
(1989)*

*A conquista da cidade
(1991)*

Outros lançamentos da Editora UnB:

A apreensão da forma da cidade
Maria Elaine Kohlsdorf

Registro de uma vivência
Lucio Costa

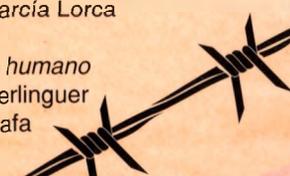
*A minoria próspera
e a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Amigos traiçoeiros
Thiago de Mello
e Sérgio Bath

O espaço da dor
Regina Dalcastagnè

*Obra poética completa
(4ª edição)*
Federico García Lorca

O mercado humano
Giovanni Berlinguer
Volnei Garrafa



BRASÍLIA: MORADIA E EXCLUSÃO

Nesta coletânea colaboram arquitetos, geógrafos, sociólogos, um engenheiro e um antropólogo, que apresentam uma visão abrangente do problema da moradia. Ao mesmo tempo em que fazem críticas à falta de uma política habitacional, levantam possibilidades de solução e propõem instrumentos de ação para a mudança dessa realidade, entre eles o uso mais democrático dos recursos públicos (como a terra) e a distribuição dos bens de uso e de consumo coletivo de forma equitativa e socializada.

Esta obra, que constitui material de referência para professores, estudantes e pesquisadores, é também recomendada para políticos, administradores e membros de equipes de planejamento urbano, bem como para empresários desejosos de entender as especificidades da urbanização em Brasília.

O livro está dividido em duas grandes áreas temáticas: a primeira trata de habitação, história, instituições e espaço urbano, da comercialização de habitações populares, o uso do FGTS como recurso para a habitação popular e sua apropriação pelas grandes incorporadoras, além de estudos de caso sobre Taguatinga e Vila Planalto; a segunda área temática trata da gestão urbana, de trabalho e de exclusão, com artigos versando sobre a especulação imobiliária no DF, sobre a urbanização com periferização e sobre o crescimento metropolitano para além dos limites do DF. São discutidos ainda habitação e emprego, enfocando a política habitacional de interesse social.

ISBN: 85-230-0420-3
COD. EDU: 17965

